

ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA: UMA ANÁLISE ALTERNATIVA PARA AS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO

MÔNICA MATOS RIBEIRO

Doutora em Administração
monica.ribeiro@unifacs.br

REGINALDO SOUZA SANTOS

Doutor em Economia
rsouza@ufba.br

GABRIEL ANDRADE BRITO SILVA

Graduando em Administração
gabrielandradebs@hotmail.com

RESUMO

O objetivo deste ensaio é apresentar o campo da administração política como alternativa analítica para a compreensão das relações sociais de produção. Este campo propõe na sua base epistemológica e teórica-metodológica a integração do âmbito da gestão (dimensão macro) e do gerenciamento (dimensão micro) para possibilitar reinterpretar a dinâmica do capitalismo nacional e local. Nesse sentido, a administração política representa uma importante complementaridade às análises lideradas pela economia, especialmente no que se refere a apresentar outros elementos e variáveis não percebidas pelo esse campo do conhecimento, em relação às formas como os processos socioeconômicos se organizam, se estruturam, se orientam e que permitem, pois, identificar como têm sido administrados os interesses individuais e coletivos para levar a cabo as relações sociais de produção. Assumir a perspectiva analítica da administração política permite considerar que administrar o capitalismo alude tanto às dimensões sociais concretas (que se convencionou denominar de bases da materialidade humana/social), como também às dimensões subjetivas subjacentes à dimensão das relações sociais, ao expressar as escolhas, os direcionamentos e as vontades, individuais e coletivas da sociedade. A administração política apresenta-se, assim, como uma “janela diferente” para olhar a realidade social.

PALAVRAS-CHAVE: Administração Política; Análise das Relações Sociais; Gestão do Capitalismo.

ABSTRACT

The purpose of this essay is to present the field of political administration as an analytical alternative for understanding social relations of production. This field proposes, in its epistemological and theoretical-methodological basis, the integration of management (macro dimension) and management (micro dimension) in order to make it possible to reinterpret the dynamics of national and local capitalism. In this sense, political administration represents an important complementarity to analyzes led by the economy, especially with regard to presenting other elements and variables not perceived by this field of knowledge, in relation to the ways in which socioeconomic processes are organized, structured, they guide and therefore allow to identify how individual and collective interests have been managed to carry out the social relations of production. Assuming the analytical perspective of political administration allows us to consider that managing capitalism alludes to both the concrete social dimensions (which have become known as the bases of human / social materiality), as well as the subjective dimensions underlying the dimension of social relations, when expressing choices the directions and wills, individual and collective of society. Political administration thus presents itself as a “different window” for looking at social reality.

KEYWORDS: Political Administration; Social Relations Analysis; Capitalism Management.

INTRODUÇÃO

As ciências econômicas, contábeis, jurídicas, sociais e, notadamente, as políticas têm disponibilizado diagnósticos e informações substanciais acerca dos problemas que a União, os estados e, particularmente, os municípios brasileiros vêm enfrentando na atual conjuntura socioeconômica; ainda que esses esforços não tenham resultado em prognósticos mais assertivos com vistas a contribuir para a superação das crises cíclicas que a economia nacional e local tem atravessado nas últimas décadas. Dada a temporalidade longa e a persistência dos problemas, especialmente os referentes aos baixos níveis de crescimento e aprofundamento da desigualdade social, justifica-se a necessidade de se buscarem novas abordagens epistemológicas e teórico-metodológicas que contribuam para a (re)interpretação e (re)orientação dos fenômenos socioeconômicos do capitalismo contemporâneo.

O objetivo deste ensaio é apresentar o campo da administração política como base epistemológica e teórico-metodológica que contribua para o desenvolvimento de análises integradas no âmbito da gestão (dimensão macro) e do gerenciamento (dimensão micro) para possibilitar reinterpretar a atual dinâmica do capitalismo nacional e local. Espera-se com esse esforço apresentar outros elementos e variáveis não percebidas pelos demais campos do conhecimento, particularmente pela economia, no que se refere às formas como os processos socioeconômicos se organizam, se estruturam, se orientam e que permitem, pois, identificar como têm sido administrados os interesses individuais e coletivos para levar a cabo as relações sociais de produção.

Parte-se do pressuposto de que faltam às análises econômicas, especialmente as de inspiração neoliberal, elementos teórico-metodológicos que ajudem a compreender os aspectos relacionados ao campo próprio da administração, responsável por identificar “como” os macros e micros processos sociais (e organizacionais) estão sendo pensados (gestados) e executados (gerenciados); assim, reconhecer a dimensão do “como fazer acontecer” e/ou “como executar” um dado “Projeto de Nação” ganha relevância para a consecução da materialidade social, pois exige admitir a existência de elementos que são competentes ao campo de conhecimento da administração.

Para materializar o objetivo proposto, uma revisão das noções principais da administração política foi realizada — recorrendo, sobretudo, aos trabalhos mais importantes dos autores seminais. Em termos de estrutura, o trabalho está dividido em duas seções: primeiro é realizada uma breve incursão sobre o campo da administração política, na qual é realizado um debate sobre política e administração; na segunda seção, é realizada a apresentação das bases para a compreensão da conformação da administração política do capitalismo contemporâneo. Ao cabo, são apresentadas as considerações finais.

BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CAMPO DA ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA

Investimentos epistemológicos, teóricos e metodológicos têm sido realizados por várias ciências no sentido de compreender a complexidade intrínseca às relações sociais de produção. Ainda que a dimensão da administração esteja mais ou menos implícita no debate assumido pela economia política, desde os clássicos, particularmente por Adam Smith, não se observam esforços acadêmicos significativos no sentido de se reconhecer a administração como campo científico relevante para dar conta da dimensão subjetiva¹ própria da gestão que o novo sistema econômico passaria a demandar a partir da segunda metade do século XVIII.

Somente no final do século XIX e início do século XX, quando do reconhecimento dos economistas neoclássicos da complexificação que as novas relações sociais de produção, baseadas na ampliação das bases industriais, trouxeram, é que emerge uma vertente limitada desse campo, expressa nos princípios da administração científica. Entretanto, como já destacado por diversos autores críticos do campo da teoria da administração e/ou dos estudos organizacionais, foi dado à administração, naquele contexto, um espaço reduzido como área coadjuvante da própria economia utilitária, que passaria a assumir, desde então, o papel de pensar e implantar instrumentos de controle com vistas a garantir o aumento da produtividade e o equilíbrio da relação ‘custo-benefício’, preservando, assim, um dos princípios clássicos defendidos por Jean Baptiste Say (1986 [1803]).

¹ A dimensão subjetiva da gestão se conforma a partir de ações que não podem ser definidas quantitativamente, motivadas por circunstâncias muitas vezes decorrentes de fatores objetivos, que suscitam diferentes reações e/ou decisões. As decisões políticas representam um bom exemplo dessa dimensão.

No entanto, é fundamental reconhecer diversos esforços que têm sido empreendidos por autores de formações distintas no sentido de aprofundar reflexões que são próprias da ciência da administração e que têm destacado a importância de se compreender e analisar a “gestão da política econômica”, conforme defendido por Lopreato (2006); interpretar a “administração da economia capitalista”, como escreveu Belluzzo (2008); discutir sobre a “governança do sistema capitalista”, como aponta Dowbor (2017); ou ponderar que os problemas econômicos não se encontram no fenômeno da globalização, mas na forma como esse processo e essas novas relações sociais de produção estão sendo “gerenciadas”, como tem feito Stiglitz (2006). Mas, sem dúvida, conforme destacado por Santos (2010), é em Keynes que se encontra a expressão mais apropriada para este debate, ao afirmar que “[...] **sabidamente administrado** o capitalismo pode se tornar mais eficiente para atingir objetivos econômicos” (KEYNES, 1983 [1926], p. 125, grifos nossos).

Apesar da importância dos enunciados acima citados como evidências fundamentais para a defesa de a administração ser reconhecida como um campo importante na compreensão das relações sociais, podem ser destacadas duas questões importantes: em primeiro lugar, as preocupações mencionadas acima têm sido pouco desenvolvidas pelos estudiosos tradicionais do campo da administração, parte relevante da produção acadêmica mantém-se fiel às origens da administração científica e continua voltada para o estudo de questões técnicas, preocupadas essencialmente em potencializar o aumento da produtividade e garantir a competitividade das organizações²; e, em segundo lugar, mesmo os poucos estudos desenvolvidos por acadêmicos dedicados a ampliar esse campo de reflexão, mediante a compreensão das relações possíveis entre política e administração, não conseguiram avançar no reconhecimento do elevado grau de subjetividade que todo

² Merece ser destacado que a emergência dos Estudos Críticos em Administração tem avançado no desenvolvimento de reflexões críticas sobre o campo da gestão e da gerência. Apesar do reconhecimento dos avanços dessa escola, alguns teóricos têm apontado limitações desses estudos. Observam-se críticas que vão desde a falta de engajamento em movimentos que possibilitem transformações efetivas das práticas administrativas à fragilidade em termos teóricos e práticos considerando que os mesmos não têm sido capazes de contribuir para a real emancipação dos sujeitos (PARKER, 2002); passando pelas limitações de que alguns estudos críticos preservam o enfoque exclusivo da organização como unidade de análise (COOK, 2004); até alcançar observações mais duras que vão ressaltar que alguns desses estudos emergem como uma crítica ‘sistema-corretiva’ que acaba por revelar-se como visão estabilizadora dos estudos convencionais de gestão, sendo interpretados como estudos que iluminam e identificam falhas no sentido de melhorar os estudos tradicionais ou ortodoxos de gestão (KLIKAUER, 2016).

‘ato e ação/saber administrativo’ carrega em sua essência. (AZEVEDO; GRAVE, 2014).

Podem ser citados como avanços relevantes nessa direção os estudos produzidos por Guerreiro Ramos (2012 [1946]), que fez uma discussão preliminar sobre as relações entre *Administração e Política à Luz da Sociologia*; João Ubaldo Ribeiro (2006 [1969]), que desenvolveu estudos que trataram da relação entre *Política e Administração*, ressaltando a filiação da administração ao campo das ciências sociais; e, mais recentemente, merece destaque o esforço realizado por Fillipin (2017), que se debruçou sobre essa questão, definindo como problema central da sua pesquisa compreender a ‘natureza política da administração’, cujo título revela a importância de aprofundamentos desse debate: *Administração e Política: que relação é esta?* Conforme assinalado por Fillipin (2017), este é um debate de origem remota, que teve como precursores Woodrow Wilson (2005 [1887]), Frank Goodnow (2003 [1900]) e Max Weber (2011 [1919]), que evidenciaram as relações complexas próprias da administração do Estado/governo. Dentre esses debates, merece destaque a contribuição de Ribeiro (2006 [1969]) ao desenvolver estudos que trataram da relação entre *política e administração*, ressaltando a vinculação da administração ao campo das ciências sociais. O referido autor amplia essa percepção também para o campo da administração corporativa, ao afirmar que “[...] Se não é uma ciência autônoma, por conseguinte, a Administração é, de qualquer maneira, a aplicação, à gestão de organizações públicas ou privadas, de dados fornecidos pelas ciências sociais.” (2006 [1969], p. 167). Nesse sentido, podemos afirmar que ele é um dos precursores do campo da administração política, conclusão que pode ser reforçada com base na seguinte afirmação do autor:

Se a Administração terá a unidade de método e conteúdo para ser definida como uma ciência autônoma é problema a discutir, para quem deseja conduzir uma epistemologia completa dessa área. O inegável, não obstante, é que o administrador, aquele que “faz” Administração, aplica métodos, pressupostos e descobertas das ciências sociais frequentemente, necessita operar uma espécie de síntese prática das diversas ciências sociais, a fim de conseguir seus objetivos, como acontece quando é chamado a tomar parte preponderante num processo de planejamento, cuja natural complexidade açambarca uma extensa gama de dados sócio-econômicos. (RIBEIRO, 2006 [1969], p. 167)

Assim, ao reconhecerem a importância de se aprofundar nesse debate para compreender melhor as relações possíveis entre administração e política – seja

interpretando esse vínculo como manifestação dicotômica, como complementariedade ou como imposição da política sobre o domínio administrativo, como destacado por Fillipin (2017), ou, ainda, como relação de interdependência/integração, como analisado por Ribeiro (2006 [1969]) –, tais autores possibilitam ampliar a discussão sobre a natureza (política ou apenas técnica) dos ‘atos e ações/saberes administrativos’.

Com base em tais abordagens, é importante assinalar que, mais do que se tratar de uma simples adjetivação, reconhecer a dimensão política do pensar e fazer administração implica, portanto, admitir que os ‘atos ou fenômenos administrativos’ representam também uma essência, uma virtude, uma finalidade social, como afirmam Azevedo e Grave (2014). Nesse sentido, compreender a correlação indissociável entre administração e política é defender que cabe à ciência da administração uma função central, para além dos seus recursos técnicos, que é refletir sobre as questões sociais que guiam as relações sociais de produção para assumir, conforme destacado por Santos (2010, p. 1), que “[...] a Política, em sua síntese maior, é a ação empreendedora daquilo que a sociedade pensa ser o melhor a fazer na construção de uma materialidade (bem-estar), em diferentes etapas históricas do processo civilizatório.”. Nesse sentido, administração e política são dimensões indissociáveis, administração é política, melhor dizendo, esta ciência é administração política.

Conforme análise de Ribeiro (2006 [1969]), todo ‘ato e ação administrativa’ interfere, direta ou indiretamente, nas relações sociais e organizacionais. O que significa considerar que todo ‘ato e ação administrativa’ (consciente ou não) produz mudanças nas relações entre as pessoas, na dinâmica das organizações e na convivência em sociedade, perpassando, desse modo, por todas as complexidades que permeiam as relações sociais de produção, em qualquer tempo e espaço sócio-histórico. Com base nessa compreensão mais ampliada, que deve integrar, definitivamente, os aspectos próprios de uma epistemologia do conhecimento, é que a administração deve investir no desenvolvimento de estudos epistemológicos que a qualifiquem a ultrapassar os limites impostos pela ciência econômica – em especial a economia neoclássica –, centrados apenas em instrumentos que contribuam para mensurar os níveis de eficiência da produtividade, com vistas a aumentar a

competitividade – conforme vocação assumida pela abordagem ‘ortodoxa’ da administração científica³.

Ao destacar que a administração política procura retomar o caráter social da administração, buscando “relacionar essa ciência [...] às preocupações da teoria social crítica” Gomes (2012, p. 9) corrobora com Santos (2004, p. 37) quando este assegura que as análises próprias do campo científico da administração, além de perpassarem as relações sociais internas das organizações (que refletem a dimensão micro organizacional, âmbito da administração científica), devem buscar bases teóricas e metodológicas que permitam estabelecer-se também como campo responsável e comprometido com a compreensão e definição dos “[...] limites das relações sociais mais amplas [...] no âmbito da sociedade.”.

Com base nessa abordagem epistemológica, Santos (2004) e Santos, Ribeiro e Chagas (2009) avançaram nessa discussão ao defenderem a necessidade de se identificar o ‘objeto científico’ da administração como sendo a *gestão* e não as organizações, como têm sido defendido por alguns estudiosos do campo dos estudos organizacionais. Ao sustentarem a *gestão* como sendo o ‘objeto científico’ próprio desse novo campo do conhecimento, os autores asseveram algo fundamental para a compreensão da administração como ciência, que é o fato de tratar-se de uma ciência social aplicada – conforme destacado por Ribeiro (2006 [1969]) –, que integra duas dimensões de análise indissociáveis: a *dimensão política* e a *dimensão técnica* ou *profissional*. Enquanto a primeira, expressa pela *gestão*, responde pelos aspectos mais abstratos dos ‘atos e ações administrativas’, revelando uma dada concepção e as dinâmicas dos macros processos sociais⁴ em diferentes modos de produção social e formas organizacionais, conforme afirma Gomes (2014, p. 253); a segunda representa as formas como essa concepção teórica irá se materializar nas práticas sociais e organizacionais. Em síntese, conforme ressaltou Ribeiro (2006 [1969], p. 167) sobre essa dupla função ou correlação

³ Apesar da ortodoxia da administração ter como marco a publicação da obra de Frederick Taylor, *Princípios de Administração Científica*, de 1911, é necessário destacar que Taylor (2010 [1911]) incorporou no debate conceitos de valor, cultura e ética, aspectos que foram abandonados por este subcampo dos estudos da administração.

⁴ Macros processos sociais dizem respeito ao movimento amplo das relações que ocorrem no sistema capitalista entre o Estado e o mercado e que definirá as funções de todos os agentes sociais. Essas relações podem ocorrer de forma mais ou menos centralizada, para um ou outro agente, resultando nas atribuições e no papel que caberá a cada um desempenhar. A partir dos macros processos sociais, estará definida a dinâmica do sistema capitalista.

[...] se o grupo de administrador, observado em suas manifestações mais óbvias, assume o aspecto de mera execução, o conteúdo desta requer que se transcenda de nível executor. Por essa razão, o administrador está sempre a fazer ciência social aplicada, seja quando utiliza a Psicologia Social para descobrir as condições ótimas de motivação de pessoal com quem lida, seja quando emprega recursos da Sociologia para formular variáveis a serem consideradas nas modificações impostas a uma comunidade qualquer, seja quando analisa politicamente as diretrizes mais convenientes e sua ação, considerando o esquema de poder a que está inevitavelmente vinculado. Seus instrumentos são os métodos das ciências sociais, seus esquemas conceituais delas derivados. [...] As etapas de seu trabalho, por conseguinte, são somente inteligíveis quando fundamentadas na compreensão de que não passam da aplicação da metodologia de investigação e conceituação das ciências sociais. Portanto, embora o seu *approach* seja bastante mais pragmático do que o de um cientista social especulativo, ou preocupado com a elaboração de sistemas complexos, embora o administrador vise sempre a resultados práticos mais ou menos imediatos, não existe uma linha limítrofe entre a sua condição e a condição do cientista social. Pelo contrário, parece ser claro o fato de que, necessitando utilizar dados fornecidos pelas ciências sociais, precisando dispor do aparato teórico para a análise adequada desses dados, o administrador é um cientista social (RIBEIRO, 2006 [1969], p. 167).

As afirmações de Ribeiro (2006 [1969]) alinham-se com as análises de Santos (2004) e Santos, Ribeiro e Chagas (2009) ao defenderem a necessidade de se investir no desenvolvimento e discussão das bases epistemológicas, teóricas e metodológicas que deem sustentação e legitimidade à administração política, de modo a contribuir para a superação do que chama o citado autor de “[...] falso dilema [...] ainda hoje desenvolvido, com um certo toque bizantino, em manuais e apostilas [...] sobre ser a Administração ciência ou arte” (RIBEIRO, 2006 [1969], p. 167). É importante registrar que tanto Ribeiro (2006 [1969]) como Santos, Ribeiro e Chagas (2009) reforçam que o administrador não pode ser tratado “[...] exclusivamente [como] um cientista social, porque sua função vai além, tem outras implicações que superam a investigação científica propriamente dita.” (RIBEIRO, 2006 [1969], p. 167). E prossegue, “[...] o que se deseja não é indicar uma equivalência integral entre o administrador e o cientista social, mas, simplesmente, apontar o fato de que, sem assumir a condição deste, aquele não passará de um mero cumpridor de tarefas pré-determinadas, uma espécie de autômato de nível universitário.”⁵

Santos (2004) e Santos, Ribeiro e Chagas (2009) avançam nessa direção ao conceituarem a administração política como sendo o campo de conhecimento responsável por definir e executar uma dada concepção (espacial e temporal) de “[...] gestão das relações sociais de produção, realização e distribuição em qualquer

⁵ Id., *ibid.*

contexto e momento histórico do processo civilizatório da humanidade” (SANTOS; RIBEIRO; CHAGAS, 2009, p. 28), compreendendo, portanto, que cada contexto sócio-histórico e organizacional é orientado por uma administração política (e consequentemente administração profissional) que fundamenta e (re)direciona as ações societais e organizacionais.

Para Santos (2010, p. 15), as relações sociais de produção não podem ser entendidas apenas pelos parâmetros convencionais (relações de trabalho, lutas de classes, relações de poder, etc), a compreensão mais ampliada dos resultados dessas relações exige entender que “[...] são dependentes da forma como essas relações são organizadas, estruturadas [de modo a compreender que] são organizadas e estruturadas de acordo com interesses bem determinados”. Em outras palavras, afirma que é preciso reconhecer que há uma dada intencionalidade na concepção e dinâmica que orienta (administra) essas relações sociais de produção e que representa o que classifica de ‘ontologia’ desse campo científico, destacando que ‘no tempo e no espaço todo e qualquer movimento é dado por uma intencionalidade, consequentemente conduzido, administrado’ (SANTOS; GOMES, 2017, p. 49).

Ao admitir que há uma intencionalidade em todas as ações sociais e organizacionais e ao reconhecer que esses movimentos são conduzidos, administrados, cabe, então, à ciência da administração – integrando as dimensões da *gestão* e da *gerência* – não apenas estudar, refletir, compreender essas realidades (social e organizacionais) mas, também, na qualidade de ciência social aplicada, propor ações administrativas que melhor orientem essas dinâmicas (macro e micro sociais e organizacionais). Pode-se deduzir, portanto, que se trata de um campo do conhecimento capaz de (re)orientar as práticas sociais e organizacionais com vistas a possibilitar o alcance do ‘bem-estar da humanidade/sociedade’. Reforçam essa afirmação Azevedo e Grave (2014) ao admitirem ser a ‘administração uma virtude’ humana e o ‘administrador dotado de virtude’. Isso significa que, ao integrar os aspectos filosóficos para a construção de uma epistemologia da administração (ou ‘administrologia’), os autores reconhecem que todo fenômeno administrativo deve ter uma finalidade social, uma intencionalidade dirigida para o ‘bem comum’, resgatando, desse modo, a dimensão ética do ‘pensar e agir administrativo’.

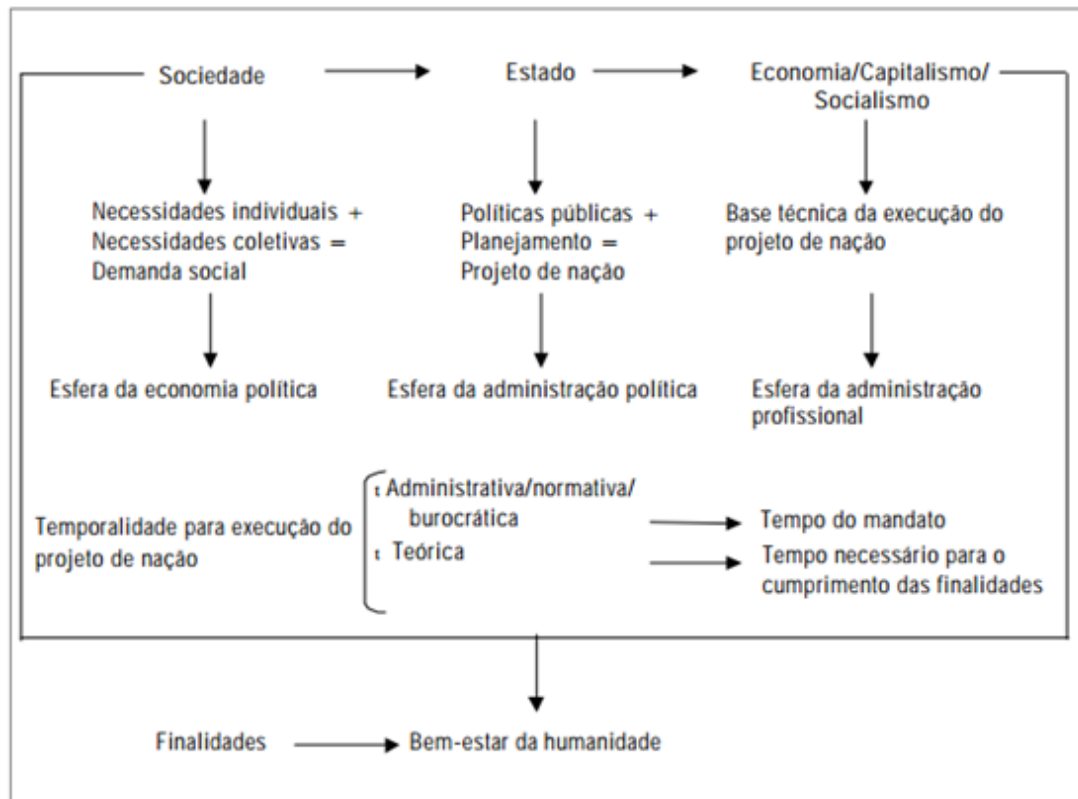
BASES PARA A COMPREENSÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO À LUZ DA ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA

Considerar ser a administração uma ciência própria, capaz de (re)interpretar e guiar os aspectos teóricos e instrumentais (técnicos), implica reconhecer que esse campo do conhecimento é capaz de guiar as relações sociais de produção que orientam os interesses e expectativas da sociedade, sejam estas experiências capitalistas, socialistas, ou outros modos de produção que podem ser denominados de cooperativo, colaborativo ou solidário, comuns em diversas civilizações antigas e contemporâneas, e que tem sido pouco estudadas pelo *mainstream* do pensamento da administração científica e também da economia.

Ao superar os enfoques teóricos e metodológicos de perfil instrumental, a administração política revela-se como uma base teórica relevante para guiar o desenvolvimento de pesquisas que busquem melhor compreender as relações sociais de produção, por influenciar e ser influenciada em suas bases epistemológicas e metodológicas pelos processos sociais, políticos, econômicos, ideológicos e até psicológicos, que marcam, de forma decisiva, as bases dos ‘atos e ações administrativas’ de uma dada sociedade e suas organizações. Sendo reconhecido, conforme Santos (2004) e Santos, Ribeiro e Chagas (2009), como campo responsável pela concepção e condução das formas de gestão das relações sociais de produção, esses teóricos tomam como referência originária a compreensão do que classificam como as três dimensões constitutivas do modo de produção e administração da modernidade, Sociedade-Estado-Economia (mercado), conforme diagrama abaixo:

Tomando como referência as bases filosóficas e científicas que fundamentam a emergência da economia política de Adam Smith, os teóricos da administração política admitem a estreita relação entre esse campo e a economia política na medida em que consideram que, ao interpretar, (re)significar e guiar as manifestações das necessidades do conjunto da sociedade – dimensão representada pelas necessidades individuais e coletivas –, emerge a função central da economia política como campo responsável por traduzir os interesses coletivos (abstratos) em bases que deverão orientar a produção social desejada e necessária.

Diagrama 01



Fonte: Santos (2004, p. 48).

Ao Estado caberia coordenar, naquele contexto, alguns dos processos relevantes para garantir a institucionalização desse novo modo de produção emergente (capitalismo industrial), lastreado nos princípios do liberalismo político e econômico, e tendo nos indivíduos o principal elemento motivador dessa nova e complexa dinâmica. Ao poder público, caberia, segundo defendido por Smith (1996 [1776]), ainda que não tenha sido integralmente acompanhado por seus seguidores, o papel central de coordenar todo esse processo em busca do alcance do bem-estar social, conforme pode ser confirmado na sua definição clássica da economia política

A Economia Política, considerada como um setor da ciência própria de um estadista ou de um legislador, propõe-se a dois objetivos distintos: primeiro, prover uma renda ou manutenção farta para a população ou, mais adequadamente, dar-lhe a possibilidade de conseguir ela mesma tal renda ou manutenção: segundo, prover o Estado ou a comunidade de uma renda suficiente para os serviços públicos. Portanto, a Economia Política visa a enriquecer tanto o povo quanto o soberano. (SMITH, 1996 [1776], p. 413).

Quanto à terceira e última dimensão que compõe a base teórica da administração política, a da economia, os citados autores defendem tratar-se do espaço próprio da administração profissional, responsável por garantir as bases

técnicas e empíricas para a realização do esperado padrão de produção definido pela sociedade (expresso nas demandas sociais), que contará com o suporte institucional e legal do Estado. Essa dimensão pode ser traduzida pelo papel que o mercado passou a assumir a partir daquele contexto, exercendo, teoricamente, a função de garantir as bases e a dinâmica da nova ‘ordem social’.

Ao admitir ser o Estado a mais importante das instituições na condução da nova forma de relações sociais de produção, como agente responsável por receber, conciliar e atender as demandas sociais, Santos (2004) destaca que tem sido possível, através dessa instituição, observar e analisar os padrões que têm orientado a administração política contemporânea. Nesse sentido, considerando as inter-relações complexas das três dimensões, Santos, Ribeiro e Chagas (2009) avançam na definição das bases teórico-metodológicas da administração política, abrindo uma discussão, ainda não concluída, sobre os princípios/leis gerais que orientam essa ciência.

Merece ser destacado o princípio da temporalidade próprio dos ‘atos e ações administrativas’ que integram duas dimensões articuladas, porém distintas: a ‘temporalidade administrativa’ (normativa/burocrática) e a ‘temporalidade teórica’. Os autores vão definir a primeira dimensão como representação do tempo do mandato (político, partidário, técnico, etc.), instituído pelas leis e regras gerais que normatizam as funções de cada ator/responsável, que corresponderia, em alguma medida, às exigências próprias da administração profissional e que reflete os aspectos mais cotidianos do fazer administrativo; enquanto a dimensão teórica é entendida como a representação do ‘tempo social’ ou sócio-histórico, necessário para que a sociedade, o Estado e as organizações possam cumprir os objetivos estratégicos do “*Projeto de Nação*” ou “*Projeto de Sociedade*”, concebido com vistas a garantir o alcance da finalidade social, denominada também de bem-estar social.

Ao tomar a *temporalidade teórica* como um dos princípios fundamentais da administração política, os autores possibilitam ao campo de estudos e práticas da administração estabelecer uma relação mais consistente para fundamentar o debate com outras áreas de conhecimento, especialmente com a economia, as ciências sociais e as ciências humanas. Assim, passam a integrar no seu conjunto, aspectos comuns para dar conta das funções e desafios próprios das chamadas ciências sociais aplicadas – que estabelecem conteúdos, métodos e formas para que os

indivíduos e as organizações realizem suas necessidades e interesses coletivos. Ressaltam, ainda, a aproximação com outros campos científicos, como as ciências exatas, as ciências da saúde e as artes, áreas que também refletem e realizam ações concretas para atender as demandas sociais para o alcance de um melhor bem-estar individual e social.

Desse modo, pode-se considerar que os estudos da administração política avançam na consolidação de unidade de conteúdos e métodos próprios para entender e guiar as concepções da *gestão* e da *gerência*, com capacidade, portanto, para legitimar-se como uma ciência autônoma⁶ (multidisciplinar⁷) para responder aos desafios permanentes que os ‘atos e ações administrativas’ exigem tanto da academia como dos administradores (profissionais).

Nesse sentido, Santos (2004) destaca que entender a complexa dinâmica da gestão do capitalismo contemporâneo tem sido uma tarefa que a economia liberal tem assumido com relativo sucesso desde a segunda metade do século XVIII, ainda que essas interpretações e orientações careçam de ampliação, visto que tem sido predominante uma análise mais pragmaticista, baseada em teoremas e métodos quantitativos. Com esse objetivo, Santos (2004) dedica um capítulo no livro *A Administração Política como Campo do Conhecimento*, buscando identificar as contribuições trazidas por três abordagens declaradas como espaço próprio da economia: ‘o institucionalismo, o gerencialismo e o regulacionismo’, mas que tratam, conforme demonstra o autor, de muitos aspectos que são pertinentes ao campo da administração política.

⁶ Caracterizar a administração política como uma ciência autônoma significa afirmar que este é um campo com capacidade científica de realizar análises teóricas/abstratas e empíricas próprias dos fatos e atos administrativos ou dos saberes e práticas administrativas (CORREA; JURADO, 2003), refletindo sua competência filosófica, metodológica e epistemológica – não negando a estreita relação que possui com a ciência econômica. Nascida como ciência auxiliar do ramo da economia, quando do advento da Escola Neoclássica no último quartel do século XIX, os estudos da área estiveram comprometidos, fundamentalmente, em atender as demandas técnicas do sistema socioeconômico capitalista. (SANTOS *et al*, 2017)

⁷ A multidisciplinaridade da administração política é uma característica decorrente da sua própria origem – ser uma ciência social –, pela qual perpassam temas transversais de interesses comuns a várias ciências. Como destacado por Ribeiro (2006 [1968]), para além das questões técnicas, a administração necessita utilizar recursos de várias outras ciências, a exemplo da Psicologia Social, quando analisa as condições de motivação de pessoal; emprega recursos da Sociologia, quando carece realizar modificações impostas a uma comunidade; utiliza a Ciência Política, quando pesquisa politicamente as diretrizes mais convenientes e sua ação, considerando o esquema de poder a que está inevitavelmente vinculado; vale-se das Ciências Econômicas, quando define a gestão e a gerência das relações sociais de produção.

Boyer (2015), ao analisar a viabilidade de um modo de regulação na economia política do capitalista, indica que dois mecanismos principais contribuem para esse processo: o primeiro, a possibilidade de observar *ex post* os comportamentos econômicos associados às várias formas institucionais; e o segundo, na situação de desequilíbrio do sistema, torna-se necessária uma redefinição das regras do jogo codificadas por tais instituições. E complementa que “[...] La sphère politique est directement mobilisée dans ce processus.” (BOYER, 2015, p. 33), que, em tradução livre, significa que “a esfera política é diretamente mobilizada nesse processo”.

Os teóricos da administração políticas vão além e defendem que, para um melhor resultado *ex post* das relações sociais, assim como para minimizar uma situação de desequilíbrio ou de crise sistêmica, é necessário analisar e propor alternativas para a forma como são administrados os projetos e os processos sociais no âmbito do Estado, do mercado e da sociedade; ou seja, é necessário observar esses fatos pela ótica da administração política. A administração política adotada em determinado momento e lugar estabelece o grau de erros e acertos, os resultados positivos ou negativos, assim como a expansão ou a depressão do processo social. (SANTOS; GOMES, 2017)

Com base nesses argumentos, pode-se inferir que, para os teóricos da administração política, compreender a dinâmica da gestão do capitalismo contemporâneo não exige conhecer apenas a estrutura de propriedade dos meios de produção, como defendem os economistas. Ao contrário desse corolário, afirmam que o fator determinante para o entendimento do auge ou declínio dos negócios ou da economia exige “[...] compreender e atuar na forma como são administrados os projetos e processos sociais.” (SANTOS; GOMES, 2017, p. 23).

Essa tem sido certamente uma tarefa complexa ao longo da história do capitalismo industrial, pois exige a compreensão e análise dos múltiplos aspectos envolvidos na gestão dos macros processos sociais. O que implica, portanto, a necessidade de definição de novos conteúdos e métodos para além dos trazidos pela economia para ampliar a capacidade de compreensão da gestão de todos os aspectos que envolvem as múltiplas dimensões da gestão/administração do capitalismo – econômica, administrativa, política, social, histórica, cultural, ambiental, dentre outras.

Com base no breve entendimento, acima destacado, do papel que cabe à ciência da administração com ênfase nas contribuições trazidas pela administração política na (re)interpretação e (re)orientação dos fenômenos socioeconômicos do capitalismo contemporâneo, espera-se contribuir para a ampliação dos debates acerca dos padrões de administração política concebido pelo *mainstream* e que têm orientado as relações sociais de produção do capitalismo global e local nas últimas décadas, refletidos nos padrões de gestão do Estado; ou seja, o processo de institucionalização das ações governamentais com base na concepção neoliberal tem garantido a viabilidade desse movimento político, socioeconômico e administrativo no âmbito da administração pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente ensaio buscou apresentar algumas breves considerações sobre a proposta do campo da administração política como alternativa para as análises das relações sociais de produção. Este debate ganha relevância por contribuir para uma compreensão mais ampliada sobre os processos macros sociais e políticos que têm orientado (administrado) as dinâmicas do capitalismo moderno e contemporâneo, de uma forma geral, e a realidade brasileira, em particular.

Considerar as perspectivas trazidas pela administração política significa reconhecer outros aspectos essenciais para a compreensão dos fenômenos técnicos ou funcionais que têm sido prestigiado como espaço central e também implica avançar na integração de instrumentos epistemológicos e teórico-metodológicos que possibilitem ampliar a compreensão dos 'atos e fatos administrativos' ou dos 'saberes e práticas administrativas' como dimensões integradas e articuladas de um mesmo processo (SANTOS, 2004; e SANTOS, RIBEIRO; CHAGAS, 2009).

Assumir essa perspectiva ampliada (científica e técnica), própria do campo de conhecimento da administração, permite considerar que administrar o capitalismo alude tanto às dimensões sociais concretas (que se convencionou denominar de bases da materialidade humana/social), como também às dimensões subjetivas subjacentes à dimensão das relações sociais de produção (que expressam as escolhas, os direcionamentos e as vontades, individuais e coletivas, representadas nos modos de organização e administração de uma dada sociedade).

Para finalizar, merece destacar, parafraseando uma afirmativa e não as ideias de Buchanan (1979), que a administração política não é mágica e não se propõe a resolver todos os problemas sociais, econômicos, políticos (e administrativos) da sociedade, mas nos possibilita olhar a realidade social por uma “janela diferente”. É através dessa janela que se propõe que sejam realizadas as análises a nível nacional, e, particularmente, a nível local (municipal).

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, A.; GRAVE, P. S. Prolegômenos a toda a administrologia possível: administração - o que é isso? **Organizações & Sociedade**, n. 71, p. 695-712, 2014.

BELLUZZO, L. G. Os antecedentes da tormenta. **Revista Carta Maior**, São Paulo, 07 de out. 2008. Economia Política. Disponível em: < <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia-Politica/Os-antecedentes-da-tormenta/7/14411> >. Acesso em: 10 jan. 2017.

BOYER, R. A. **Économie politique des capitalismes**: théorie de la régulation et des crises. Éditions La Découverte, Paris, 2015.

BUCHANAN, J. M. **Politics withouth romance**: a sketh of positiv Public Choice Theory and its Normative Implications. Viena, Áustria: HIS-Journal 3. B1-11. 1979.

COOK, B. O gerenciamento do (terceiro) mundo. **Revista de Administração de Empresas**, v. 44, n. 3, jul/set. 2004.

CORREA, P.; JURADO, J. Fundamentos del saber administrativo. **Cuadernos de Difusion**, v. 8, n. 15, p. 82-100, 2003.

DOWBOR, L. **A Era do Capital Improdutivo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

FILLIPIN, M. **Administração e Política**: que relação é esta? 2017. 156 f. Tese (Doutorado em Administração), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

GOMES, F. G. O jovem percurso da administração política. **Revista de Administração Pública** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro (RJ). 2012. v. 46, n. 1, p. 7-24. Disponível em: <http://dspace.xmlui/bitstream/item/10033/5629.pdf>. Acesso em: 03/06/2015.

GOMES, F. G. Fronteiras e Contribuições da Economia Política para a Administração Política. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, Vitória da Conquista-BA, v. 18, p. 251-272, 2014.

GOODNOW, F. J. **Politics and Administration**: a study in Government. 3. ed. New Brunswick, NJ: Transaction Publishers, 2003 [1900].

KEYNES, J. M. **O fim do “laissez-faire”**. In: SZMRECSÁNYI, T. (Org.). John Maynard Keynes. Col. Os Grandes Cientistas Sociais. **São Paulo: Ática**, p. 106-126, 1983a [1926].

KLIKAUER, T. Critical Management as critique of management. **Jornal Critical Sociology** (SAGE). 1-10, 2016.

LOPREATO, F. L. C. O papel da política fiscal: um exame da visão convencional. Texto para Discussão. **IE/UNICAMP**, n. 119, fev. 2006.

PARKER, M. **Against management**. Oxford: Polity, 2002.

RAMOS, G. Administração e política à luz da sociologia. **Revista do Serviço Público**, Brasília 63 (1): 99-110, jan/mar 2012 [1946].

RIBEIRO, J. U. Administração e política. **Organizações & Sociedade**, v. 13, n. 38, p. 162-194, 2006 [1969].

SANTOS, R. S. **A administração política como campo do conhecimento**. In. SANTOS, Reginaldo Souza (Org.). Em busca da apreensão de um conceito para administração política. São Paulo: Mandacaru, p. 19-57, 2004.

SANTOS, R. S. **Keynes e a proposta de administração política para o capitalismo**: uma crítica aos pressupostos da externalidade do Estado e da crise fiscal. São Paulo: Hucitec, 2010.

SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M.; CHAGAS, T. Bases Teórico-Metodológicas da Administração Política. **Revista de Administração Pública**, v. 4, n. 43, p. 919-941, 2009.

SANTOS, R. S.; GOMES, F. G. **Outro modo de interpretar o Brasil**: ensaios de administração política. São Paulo, Hucitec, 2017.

SANTOS, R. S. *et al.* Administração política e políticas públicas: em busca de uma nova abordagem teórica-metodológica para a (re)interpretação das relações sociais de produção, circulação e distribuição. **Cad. EBAPE.BR**, v. 15, n. 4, p. 939-959, 2017.

SAY, J. B. **Tratado de Economia Política**. São Paulo: Nova Cultura (série Os Economistas), 1986 [1803].

SMITH, A. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1996 [1776].

STIGLITZ, J. E. **Making Globalization Work**. WW Norton & Company, New York, 2006.

TAYLOR, F. W. **Princípios da Administração Científica**. São Paulo: Atlas, 2010 [1911].

WEBER, M. ***Ciência e política***: duas vocações. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 2011 [1919].

WILSON. W. O estudo da administração. **Revista do Serviço Público**, Brasília 56 (3): 349-366, jul/set, 2005 [1887].